PUBLICIDADE LEGAL

Prefeitura Municipal de Santo André

LEI Nº 10.531, DE 04 DE JULHO DE 2022 - Processo Administrativo nº 10.846/2022 - Projeto de Lei nº 20/2022. Dispõe sobre a criação de cargos no quadro de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Santo André e dá outras providências. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André. Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º Fica criado, no quadro de pessoal da Administração Direta, o cargo de provimento efetivo de Agente de Fiscalização, para compor a Tabela de Vencimento I, a que se refere o art. 8º da Lei nº 6.857, de 27 de novembro de 1991, combinada com a Lei nº 6.608, de 12 de março de 1990, de acordo com o respectivo quantitativo, classe remuneratória e requisito de escolaridade, nos termos do Anexo I, parte integrante da presente lei. Parágrafo único. Na realização do concurso público para provimento no cargo de que trata o caput deste artigo poderá ser definida de acordo com a necessidade da administração. Art. 2º Ficam criados, no Quadro do Magistério Municipal, os cargos de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Arte e Professor de Educação Física, nos termos da Lei nº 6.833, 15 de outubro de 1991, com alterações posteriores, enquadrados na tabela de vencimentos do Magistério, de acordo com os respectivos quantitativos e requisitos de escolaridade, nos termos do Anexo II, parte integrante da presente lei. Art. 3º Fica alterado o requisito de escolaridade do cargo de Professor de Educação Física, no Quadro do Magistério Municipal, instituído na Lei nº 6.833, de 15 de outubro de 1991, nos termos do Anexo III, parte integrante da presente lei. Parágrafo único. Os servidores que atualmente ocupam os cargos e funções de que trata o caput deste artigo, a eles ascendem por ocasião de sua investidura, permanecendo no cargo ou função, sem prejuízo das atribuições funcionais, até seu efetivo desligamento do quadro de pessoal. Art. 4º As despesas com a execução da presente lei ocorrerão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 04 de julho de 2022. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Pedro Henrique Ruiz Seno - Secretário de Inovação e Administração - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrada e digitada na Enc. de Expediente e Atos Oficiais, na mesma data, e publicada. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete - Anexo I - Quadro de Cargo Criado na Administração Direta (Art. 1º)

Tabela	Classe	Quantidade	Denominação	Requisito
I	12	05	Agente de Fiscalização	Ensino Superior Completo

Anexo II - Quadro de Cargos Criados no Quadro do Magistério (Art. 2º)

Tabela/Classe	Quantidade	Denominação	Requisito
Magistério	20	Professor de Ensino Fundamental II – Arte	Licenciatura em Artes
	60	Professor de Educação Física	Licenciatura em Educação Física

Anexo III - Quadro de Cargo e Função com Alteração de Requisito de Escolaridade (Art. 3º)

Cargo e Função	Requisito de Escolaridade Anterior	Novo Requisito de Escolaridade
Professor de Educação Física	Ensino Superior em Educação Física	Licenciatura em Educação Física

DECRETO Nº 17.960, DE 04 DE JULHO DE 2022 - Dispõe sobre a abertura de crédito na Secretaria de Gestão Financeira. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, considerando o disposto nos arts. 7º, 8º, 9º, 12 e 13 da Lei nº 10.460, de 17 de dezembro de 2021; considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 14.307/2021, Decreta: Art. 1º Fica aberto na Secretaria de Gestão Financeira crédito adicional suplementar, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), à seguinte dotação constante dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes da Lei nº 10.460, de 17 de dezembro de 2021, a saber:

48.01.26.453.0055.2.149	Gestão do Transporte Público de Passageiros	336092 - Despesas de Exercícios Anteriores	2.000.000,00

Art. 2º O crédito aberto pelo art. 1º do presente decreto será coberto com recurso proveniente da anulação da seguinte dotação no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), constante dos quadros "Programa de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes da Lei nº 10.460, de 17 de dezembro de 2021, a saber:

48.01.26.453.0055.2.149	Gestão do Transporte Público de Passageiros	336045 - Subvenções Econômicas	2.000.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 04 de julho de 2022. Paulo Serra - Prefeito Municipal - José Claudio Simões - Secretário de Gestão Financeira - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrado e digitado na Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete

LEI Nº 10.533, DE 04 DE JULHO DE 2022 - Processo Administrativo nº 10.640/2022 - Projeto de Lei nº 22/2022. Dispõe sobre a concessão de subvenção às Organizações da Sociedade Civil que especifica. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º Fica o Município de Santo André autorizado a conceder, no exercício de 2022, subvenção às Organizações da Sociedade Civil, de caráter assistencial, cultural, educacional e de serviços de saúde, em conformidade com o inciso VII do art. 30 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e o inciso IV do art. 25, do Decreto Municipal nº 16.870, de 26 de dezembro de 2016, nos seguintes termos:

ABIC Associação Irmãos em Cristo	R$ 10.000,00
Ação Cristã Comunitária do Brasil - Projeto Shalom	R$ 25.000,00
Aclimação Esporte Clube	R$ 190.000,00
ADIABC Associação de Diabetes do ABC	R$ 19.000,00
Associação ACCTHUS	R$ 35.000,00
Associação Amigos do Marek	R$ 45.000,00
Associação Amigos da Carlota	R$ 60.000,00
Associação Amigos do Bairro da Vila Lucinda	R$ 20.000,00
Associação Assistencial e Educacional Jardim Santo André	R$ 25.000,00
Associação Beneficente Criança Cidadã	R$ 10.000,00
Associação Civil Projeto Juventude Esperança do Amanhã – JEDA	R$ 170.000,00
Associação Clube de Mães do Jardim Santa Cristina	R$ 30.000,00
Associação Coro da Cidade de Santo André	R$ 20.000,00
Associação Cultural ZUMMI-FEST	R$ 10.000,00
Associação da Igreja Metodista - Terceira Região Eclesiástica	R$ 30.000,00
Associação de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 10.000,00
Associação de Pais e Amigos do Basquete de Santo André – APABA	R$ 65.000,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo André – APAE	R$ 100.000,00
Associação dos Aposentados	R$ 25.000,00
Associação dos Moradores da Vila Junqueira	R$ 30.000,00
Associação dos Moradores do Conj. Habitacional Jardim Santo André	R$ 50.000,00
Associação Esportiva Jardim Ana Maria	R$ 80.000,00
Associação Inovação Compartilhando Sabores	R$ 25.000,00
Associação Lar Menino Jesus	R$ 70.000,00
Associação Locomotiva João Ramalho	R$ 110.000,00
Associação O Amor Não Tem Limites	R$ 20.000,00
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 190.000,00
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 10.000,00
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 100.000,00
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 25.000,00
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 120.000,00
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - Regional Santo André	R$ 20.000,00
Associação Viva Melhor - Mulheres Mastectomizadas	R$ 130.000,00
Bloco Afro Expresso Baianistas	R$ 19.000,00
Instituição Beneficente Casa do Caminho Ananias	R$ 48.000,00
Casa de Apoio a Criança com Câncer do ABC - Casa Ronald McDonalds	R$ 90.000,00
Casa de Caridade Lar das Bênçãos	R$ 20.000,00
Casa de Lucas Núcleo Beneficente Educacional	R$ 25.000,00
Centro de Estudos Grotão ABC	R$ 50.000,00
Centro de Libertação de Vidas – CELIVI	R$ 70.000,00
Centro Educacional Assistencial e Recreativo Próximos Passos	R$ 25.000,00
Centro Psicopedagógico e Apoio Emocional	R$ 20.000,00
Clube da Família do Parque Andreense	R$ 50.000,00
Clube de Boche Pinheirinho	R$ 25.000,00
Comunidade Católica Fanuel	R$ 10.000,00
Corpo de Patrulheiros Mirins de Santo André	R$ 25.000,00
Cozinha Solidária	R$ 19.000,00
Educandário Simão Pedro	R$ 50.000,00
Esporte Clube Jardim Stella	R$ 75.000,00
Federação das Entidades Assistenciais de Santo André	R$ 50.000,00
GRCES Linos de Ouro	R$ 25.000,00
GRCS - Escola de Samba Palmares	R$ 19.000,00
Grupo Escoteiro Jaçatuba 105/SP	R$ 20.000,00
Humanitas Germinare de Valoração a Vida e Desenvolvimento Ser Humano	R$ 25.000,00
Igreja Viração São Paulo	R$ 10.000,00
Instituição Assistencial e Educacional Amélia Rodrigues	R$ 50.000,00
Instituição Assistencial e Educacional Dr. Klaide	R$ 20.000,00
Instituição Assistencial e Educacional Padre Rubens Chasseraux	R$ 10.000,00
Instituição Assistencial Educacional RENOVO	R$ 70.000,00
Instituição Assistencial Nosso Lar	R$ 189.000,00
Instituição Beneficente Irmã Marli	R$ 100.000,00
Instituição Beneficente Lar de Maria	R$ 60.000,00
Instituição Cidade dos Meninos Maria Imaculada	R$ 60.000,00
Instituto Marilda Brandão	R$ 55.000,00
Instituto Monsenhor José Benedito Antunes	R$ 40.000,00
Liga Assistencial de São Paulo	R$ 25.000,00
MEIMEI Educação e Assistência	R$ 10.000,00
Núcleo Assistencial e Educacional a Caminho da Luz	R$ 30.000,00
Núcleo Beneficente Educacional Casa de Lucas	R$ 10.000,00
ONG Anjos da Sopa do ABC	R$ 19.000,00
Primos Futebol Clube Santo André	R$ 10.000,00
Projeg Promotora Legais Populares de Santo André	R$ 19.000,00
Recanto Somasquinho	R$ 25.000,00
Rede Beija Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André	R$ 19.000,00

Parágrafo único. O repasse das subvenções elencadas neste artigo será realizado em parcela única, no exercício de 2022, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Art. 2º O recebimento das subvenções, de que trata o art. 1º desta lei, fica condicionado: I - ao cumprimento dos requisitos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de abril de 1964; II - à apresentação de documentação exigida para credenciamento; III - ao julgamento satisfatório da condição de funcionamento, mediante avaliação e instrução de processo administrativo, atendida a Instrução Normativa nº 01/20 do TCESP e seus aditamentos. Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, para a apresentação dos documentos de que trata o caput deste artigo. Art. 3º Ficam impeditas de receber a subvenção estabelecida nesta lei as entidades que receberam recursos e não prestaram contas, estejam em mora ou inadimplentes com relação a outros repasses ou ainda proibidas, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de receber novos auxílios, subvenções ou contribuições. Art. 4º As entidades beneficiadas com as subvenções de que tratam esta lei ficam obrigadas a apresentar, junto à Unidade de Assuntos Institucionais, a prestação de contas das despesas efetuadas até a data de 31 de janeiro de 2023. Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria de nº 39.01.3.3.50.43.04.122.0033.2.089.01, suplementadas se necessário. Art. 6º Os procedimentos de liberação e a prestação de contas deverão observar o disposto no Decreto Municipal nº 16.870, de 26 de dezembro de 2016. Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 04 de julho de 2022. Paulo Serra - Prefeito Municipal - José Antonio Acernel - Superintendente da Unidade de Assuntos Institucionais e Comunitários - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrada e digitada na Enc. de Expediente e Atos Oficiais, na mesma data, e publicada. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete

Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos - Departamento de Manutenção de Vias - Gerência de Controle e Uso da Via. Edital 107: Ficam os proprietários dos terrenos particulares, com as classificações fiscais abaixo relacionadas, notificados para proceder à limpeza de terreno, remoção de lixo depositado irregularmente em via pública, remoção de rampa na sarjeta, rebaixo, reconstrução de calçada e/ou passeio, de acordo com as especificações descritas para cada porção dos serviços, a contar da data do recebimento da notificação e/ou 10 (dez) dias da publicação deste, em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nos 3.595/71, 4.181/73 e 5.579/79, com acerto de nova regulamentação nº 7.519/97. - C.F. 17.054.002 Not. 0459/2022 (limpeza) ALCOM Construtora Eireli. C.F. 17.054.002 Not. 0460/2022 (muro) ALCOM Construtora Eireli. C.F. 17.054.002 Not. 0461/2022 (passeio) ALCOM Construtora Eireli. C.F. 07.029.015 Not. 0463/2022 (limpeza) Elziro Alves dos Santos. C.F. 07.029.015 Not. 0464/2022 (muro) Elziro Alves dos Santos. C.F. 07.029.015 Not. 0465/2022 (passeio) Elziro Alves dos Santos. C.F. 16.151.056 Not. 0471/2022 (limpeza) Rafael Gil. C.F. 17.032.001 Not. 0473/2022 (limpeza) Pratt Montagens e Equipamentos Industriais Ltda - ME. C.F. 01.181.034 Not. 0474/2022 (limpeza) Nilco Cristina da Silva. C.F. 01.181.035 Not. 0475/2022 (limpeza) Nilco Cristina da Silva. C.F. 16.024.028 Not. 0476/2022 (passeio) Luiz Sandre Araújo. C.F. 14.052.054 Not. 0477/2022 (limpeza) Sidney Gamito. C.F. 10.161.009 Not. 0478/2022 (limpeza) Ana Maria Felipe. C.F. 10.161.009 Not. 0479/2022 (passeio) Ana Maria Felipe. C.F. 09.018.005 Not. 0480/2022 (limpeza) Eudes Favoran. C.F. 17.046.088 Not. 0501/2022 (passeio) Hilário Vizintim. C.F. 21.142.001 Not. 0548/2022 (limpeza) Sérgio Aparecido Guerreiro (Empresa) ABS Doimo Vazbex. C.F. 04.103.008 Not. 0557/2022 (limpeza) Antônio Bortolotto. C.F. 07.142.060 Not. 0559/2022 (limpeza) Espaço Atual: Empreendimentos Imobiliários Ltda. C.F. 07.142.060 Not. 0560/2022 (passeio) Espaço Atual: Empreendimentos Imobiliários Ltda. C.F. 07.142.060 Not. 0561/2022 (muro) Espaço Atual: Empreendimentos Imobiliários Ltda. C.F. 07.142.012 Not. 0562/2022 (limpeza) Espaço Atual: Empreendimentos Imobiliários Ltda. C.F. 07.142.012 Not. 0563/2022 (passeio) Espaço Atual: Empreendimentos Imobiliários Ltda. C.F. 07.142.012 Not. 0565/2022 (passeio) Espaço Atual: Empreendimentos Imobiliários Ltda. C.F. 21.133.028 Not. 0568/2022 (limpeza) José Roberto da Silva Moura. C.F. 08.055.026 Not. 0580/2022 (limpeza) Asdrúbal Botelho de Paiva Caldas. C.F. 10.128.023 Not. 0581/2022 (passeio) Luiz Ângelo Cantadari. C.F. 03.044.007 Not. 0584/2022 (limpeza) Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santo André. C.F. 06.155.040 Not. 0586/2022 (passeio) Nelson Gomes Ferreira. C.F. 05.134.008 Not. 0589/2022 (passeio) Sebastião Cursino de Araújo. C.F. 08.055.026 Not. 0580/2022 (limpeza) Asdrubal Botelho de Paiva Caldas. C.F. 14.130.007 Not. 0589/2022 (limpeza) Sérgio Tognato Magini. C.F. 14.130.002 Not. 0590/2022 (limpeza) Sérgio Tognato Magini. C.F. 14.130.019 Not. 0591/2022 (limpeza) Sérgio Tognato Magini. C.F. 14.128.009 Not. 0592/2022 (limpeza) José Carlos Mardegan. C.F. 14.132.014 Not. 0593/2022 (limpeza) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.132.015 Not. 0594/2022 (limpeza) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.132.016 Not. 0595/2022 (limpeza) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.019 Not. 0596/2022 (limpeza) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.019 Not. 0597/2022 (passeio) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.020 Not. 0598/2022 (limpeza) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.020 Not. 0599/2022 (passeio) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.020 Not. 0600/2022 (limpeza) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.021 Not. 0601/2022 (passeio) Silvia Tognato Magini. C.F. 14.133.022 Not. 0602/2022 (limpeza) Alexandre Mariano. C.F. 14.127.084 Not. 0603/2022 (limpeza) André Martin. C.F. 14.127.085 Not. 0604/2022 (limpeza) André Martin. C.F. 14.126.026 Not. 0605/2022 (limpeza) Rafael Gil. C.F. 14.130.007 Not. 0608/2022 (limpeza) Sérgio Tognato Magini. C.F. 14.130.007 Not. 0608/2022 (limpeza) Sérgio Tognato Magini. C.F. 14.124.005 Not. 0611/2022 (limpeza) Ruth Aparecida Magini. C.F. 13.143.027 Not. 0612/2022 (passeio) Fábio Leal de Sá. C.F. 13.074.015 Not. 0613/2022 (limpeza) Sidney Gamito. C.F. 13.074.015 Not. 0614/2022 (passeio) Sidney Gamito. Edital 108: Ficam os proprietários dos terrenos particulares, com as classificações fiscais abaixo relacionadas, notificados para proceder à limpeza de terreno, remoção de lixo depositado irregularmente em via pública, remoção de rampa na sarjeta, reforma e/ou construção de passeio, reconstrução de meio-fio e/ou passeio, no prazo de 60 (sessenta) dias para execução dos serviços, a contar da data do recebimento da notificação e/ou 10 (dez) dias da publicação deste, em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nos 3.595/71, 4.181/73 e 5.579/79, com acerto de nova regulamentação nº 7.519/97. - C.F. 16.110.101 Not. 0462/2022 (passeio) Maria Noemi Ferreira Reis. C.F. 21.142.001 Not. 0549/2022 (passeio) Sérgio Aparecido Guerreiro. C.F. 21.142.001 Not. 0550/2022 (muro) Sérgio Aparecido Guerreiro. C.F. 21.173.028 Not. 0569/2022 (passeio) José Roberto da Silva Moura. C.F. 21.173.028 Not. 0570/2022 (muro) José Roberto da Silva Moura. C.F. 16.100.012 Not. 0572/2022 (passeio) Ana Cecília Batista. C.F. 11.265.007 Not. 0582/2022 (passeio) Arlete Aparecida da Silva Faria. C.F. 21.050.084 Not. 0583/2022 (passeio) Álvaro Pedro dos Santos. C.F. 23.044.063 Not. 0585/2022 (passeio) Domênica Arduini de Luca. C.F. 11.144.093 Not. 0588/2022 (passeio) Júlia Nogueira Ferreira. C.F. 21.041.001 Not. 0607/2022 (passeio) Marcos Wittmann. C.F. 21.041.001 Not. 0610/2022 (muro) Marcos Wittmann. Edital 109: Processo com Requerimento Indeferido. - Processo nº 24668/2018 Comunicado nº 071.05.2022 Paulo Camera. Assina este o Sr. Romildo Massaharu Kamura - Diretor do DMV-SMSU.

DECRETO Nº 17.961, DE 04 DE JULHO DE 2022 - Outorga permissão de uso onerosa de área pública de propriedade do Município de Santo André a Carlos Eduardo Moraes de Abreu Bernardi. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o § 3º do art. 103, da Lei Orgânica do Município de Santo André; considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 12.039/2022, Decreta: Art. 1º Fica permitido a Carlos Eduardo Moraes de Abreu Bernardi, sócio administrador da empresa RCJ Quadras Esportivas de Areia Santo André Ltda, a título precário e em caráter oneroso, o uso de área pública com 255,73 m² (duzentos e cinquenta e cinco metros e setenta e três decímetros quadrados), de classificação fiscal nº 09.059.197, localizada na Avenida Capitão Mário Toledo de Camargo, na confluência com a Rua Gil Vicente, Bairro Silveira, conforme plantas e demais elementos instrutórios constantes no Processo Administrativo nº 12.039/2022, que assim se descreve: "Um terreno situado na Avenida Capitão Mario Toledo de Camargo, nesta cidade e comarca, Bairro Silveira que assim descreve: começa no ponto "A", assinalado na planta, distante 40,21 metros da Rua Vinte e Quatro de Maio, situado no alinhamento predial da Avenida Capitão Mario Toledo de Camargo e na divisa com o imóvel de classificação fiscal nº 09.059.381, de propriedade de Mondavid Incorporadora Ltda; desse ponto deflete à esquerda e segue pelo mesmo alinhamento predial na distancia de 42,80 metros até o ponto "B" assinalado na planta e situado na confluência da Avenida Capitão Mario Toledo de Camargo com a Rua Gil Vicente; desse ponto deflete à esquerda e segue pelo alinhamento predial da Rua Gil Vicente na distancia de 12,20 metros até o ponto "C", assinalado na planta; desse ponto deflete à esquerda e segue em curva na distância de 5,74 metros até o ponto "D"; desse ponto segue em linha reta na distância de 44,87 metros até o ponto "A", onde teve início esta descrição, confrontando nos quatro pontos C e D, com o imóvel de classificação fiscal nº 09.059.381, de propriedade de Mondavid Incorporadora Ltda, encerrando uma área de 255,73 m² (duzentos e cinquenta e cinco metros e setenta e três decímetros quadrados)." Parágrafo único. A área objeto da permissão de uso de que trata este decreto, destina-se exclusivamente para apoio das atividades desenvolvidas pela empresa RCJ Quadras Esportivas de Areia Santo André Ltda., localizada à Rua Gil Vicente, nº 222, Bairro Silveira. Art. 2º Fica a referida permissão de uso ora sendo outorgada mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, parte integrante deste decreto, bem como pelo pagamento mensal do valor correspondente a 188,68 (cento e oitenta e oito inteiros e oitenta e oito centésimos) unidades de Fator Monetário Padrão - FMP. Art. 3º O valor correspondente ao pagamento mensal da permissão de uso será depositado na conta do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico. Art. 4º Em caso de mora no pagamento do valor mensal incidirão juros, multa e atualização monetária, idênticos aos aplicáveis aos tributos municipais. Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 04 de julho de 2022. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Gilvan Ferreira de Souza Junior - Superintendente da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos - Interino - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrado e digitado na Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete - Anexo Único - Termo de Responsabilidade Nº _____/2022 - Aos _____ dias do mês de _____ de 2022, no Gabinete do Prefeito do Município de Santo André, perante as testemunhas ao final nomeadas e assinadas, compareceu o senhor Carlos Eduardo Moraes de Abreu Bernardi, RG nº _____ e do CPF nº _____, residente à _____, nesta cidade de _____, telefone _____, doravante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, que declara assumir responsabilidade de cumprir as condições estabelecidas em razão da permissão de uso outorgada pelo Decreto nº17.961, de 04 de julho de 2022, na seguinte conformidade: 1) O PERMISSIONÁRIO recebe, a título precário e oneroso, permissão de uso da área lindeira à Rua Gil Vicente nº 222, Bairro Silveira, classificação fiscal nº 09.059.197, conforme plantas e demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 12.039/2022, descrita no art. 1º do Decreto nº17.961, de 04 de julho de 2022, para apoio das atividades desenvolvidas pela empresa RCJ Quadras Esportivas de Areia Santo André Ltda.; 2) O PERMISSIONÁRIO assume a responsabilidade de não modificar a destinação do bem permitido, sem o consentimento prévio e expresso da PERMITENTE; 3) O PERMISSIONÁRIO assume o compromisso de manter o bem permitido em perfeito estado de conservação; 4) O PERMISSIONÁRIO fica ciente que as atividades desenvolvidas na área permitida não poderão causar incomodidade aos vizinhos; 5) O PERMISSIONÁRIO assume inteira responsabilidade por danos causados ao bem ou a terceiros, em razão da presente permissão de uso; 6) O PERMISSIONÁRIO pagará mensalmente, pelo uso permitido, o valor mensal correspondente a 188,68 (cento e oitenta e oito inteiros e oitenta e oito centésimos) unidades de Fator Monetário Padrão - FMP; 7) O PERMISSIONÁRIO fica ciente de que em caso de mora incidirão, sobre o valor mensal, juros, multa e atualização monetária idênticos aos aplicáveis aos tributos municipais; 8) O PERMISSIONÁRIO fica ciente de que o não pagamento de 02 (duas) mensalidades consecutivas, acarretará na cessação da presente permissão de uso e a imediata reintegração de posse por parte do município, sem necessidade de ação judicial; 9) O PERMISSIONÁRIO deverá permitir a entrada dos serviços da Prefeitura de Santo André, em especial do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA, em qualquer horário, para atender chamados, realizar vistorias, manutenções, etc.; 10) O PERMISSIONÁRIO fica ciente de que a presente permissão de uso poderá ser revogada a qualquer momento, a critério exclusivo da PERMITENTE, devendo a área ser restituída em 90 (noventa) dias, nas mesmas condições que a recebeu, após prévia notificação; 11) Revogada a permissão, o PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer espécie de indenização, inclusive por benfeitorias realizadas na área objeto da permissão de uso, ou a retenção do bem público. Assim aceitas as condições e assumidas as responsabilidades acima, subscreve o presente termo, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas, para os fins de direito. Prefeitura Municipal de Santo André, _____ de _____ de 2022. Permissionário - Testemunhas: 1 _____ Nome: RG: nº _____ 2 _____ Nome: RG: nº _____

LEI Nº 10.530. DE 04 DE JULHO DE 2022 - Processo Administrativo nº 50.056/2018 - Projeto de Lei nº 19/2022. Altera a denominação e requisito de escolaridade de cargos e funções do quadro de pessoal da Administração Direta. Paulo Serra, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º O cargo e a função de Auxiliar de Contabilidade, do quadro de pessoal da Administração Direta, passam a denominar-se Analista Financeiro, alterando-se o requisito de escolaridade, nos termos do Anexo I, parte integrante desta lei. § 1º O cargo e a função de que trata o caput deste artigo constam nos Anexos I e II da Tabela de Vencimentos I a que se refere o art. 8º da Lei nº 6.857, de 27 de novembro de 1991, combinada com a Lei nº 6.608, de 12 de março de 1990. § 2º Na realização do concurso público, para provimento no cargo de Analista Financeiro, será exigido nível superior, cuja formação específica poderá ser definida de acordo com a necessidade da administração. Art. 2º Ficam extintas na vacância as funções de Analista Financeiro, nos termos do Anexo II, parte integrante desta lei. Art. 3º Os servidores que ocupam os cargos e funções de que trata o art. 1º desta lei, e que não atendam ao requisito de escolaridade exigido no referido artigo, permanecerão no cargo ou função, sem prejuízo da atuação em suas respectivas atribuições funcionais, até seu efetivo desligamento do quadro de pessoal. Art. 4º O disposto na presente lei se aplica igualmente aos respectivos cargos e funções existentes na Administração Indireta. Art. 5º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 04 de julho de 2022. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Pedro Henrique Ruiz Seno -Secretário de Inovação e Administração - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrada e digitada na Enc. de Expediente e Atos Oficiais, na mesma data, e publicada. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete - Anexo I - Quadro de Cargos e Funções Redenominadas e Alteração de Requisito de Escolaridade (Art. 1º).

Denominação anterior	Nova Denominação	Requisito de Escolaridade Anterior	Novo Requisito de Escolaridade
Auxiliar de Contabilidade	Analista Financeiro	Ensino Médio	Ensino Superior Completo

Anexo II - Quadro de Funções a serem Extintas na Vacância (Art. 2º) -

Função	Quantidade	Tabela	Classe
Analista Financeiro	03	I	X

Gerência de Contratos - Secretaria de Assuntos Jurídicos - Processo Administrativo - Pc IV Centenário, 1; 13º andar, sl. 06./ARP 283/22-GC - Processo 12.912/2022 - Ata de Registro de Preços Jupiter Distribuidora de Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda - Objeto: Registro de preços para o fornecimento de produtos para Saúde Diversos e higiene pessoal, destinados às Unidades Básicas de Saúde, REDE, ao Centro Hospitalar do Município de Santo André (CHMSA) e a Coordenadoria de Urgência e Emergência – APH Fixo (UPA/PA) - Item 23: Cateter para Embolectomia tipo Fogarty nº 3 FR - Marca/Fabricante: Rawamed - Preço Unit. R$ 138,00 - Item 24: Cateter para Embolectomia tipo Fogarty nº 4 FR - Marca/Fabricante: Rawamed - Preço Unit. R$ 138,00 - Item 25: Cateter para Embolectomia tipo Fogarty nº 5 FR - Marca/Fabricante: Rawamed - Preço Unit. R$ 138,00 - Item 26: Cateter para Embolectomia tipo Fogarty nº 6 FR - Marca/Fabricante: Rawamed - Preço Unit. R$ 138,00 - Item 31: Sonda Endotraqueal Aramada - COM cuff calibre nº 3,5 - Marca/Fabricante: Well Lead - Preço Unit. R$ 8,55 - Total Estimado: R$ 164.700,00 - Vigência: 12 meses - Assinatura: 01/07/2022./Contrato 291/22-PJ - Processo 22.000/2020-Contratada: Gustavo Siqueira Lanfranchi Serviços de Arquitetura e Design - ME - Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto executivo de iluminação cênica para o Teatro Municipal, Carlos Gomes, Conchita de Moraes e Escola Livre de Teatro-IAP e sonorização e vídeo para o Teatro Municipal, no município de Santo André-Vigência: 120 Dias -Valor Total : R$ 140.850,00 -Assinatura: 01/07/2022./Termo Aditivo 129/22 - Processo 46.649/2019 - Contratada: Nobre Correa Engenharia e Construção Ltda - EPP- 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 160/20-PJ para proceder ao realinhamento de preço, visando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. - Valor do Termo: R$ 302.362,42- Assinatura: 30/06/2022./Termo Aditivo 134/22 - Processo 12.882/2019 - Contratada: Pos Tecnologia e Locação Ltda - 2º T.A. ao contrato nº 047/21-PJ para prorrogar o prazo contratual por mais 180 dias, a partir de 03/06/2022. - Assinatura: 30/06/2022./Termo Aditivo 135/22 - Processo 48.141/2018 - Contratada: Carla Casagrande - 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 385/19-PF para destituir os poderes estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços e Procuração de Administração de Imóveis, entre a Proprietária e a Imobiliária Focus Inteligência Imobiliária Eireli-ME, passando a mesma a ser a responsável pela Contratação e receber os pagamentos. - Assinatura: 30/06/2022./Termo Aditivo 143/22 - Processo 7.753/2022 - Contratada: TCRE Engenharia Ltda - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 238/22-PJ para proceder ao acréscimo de 15,64% ao inicialmente contratado - Assinatura: 29/06/2022./Termo Aditivo 144/22 - Processo 15.035/2020 - Contratada: Fundação Jaboticabal Terceiro nº Termo Aditivo ao contrato 224/20-PJ para rerratificar o término da vigência do Termo Aditivo nº 152/21 de 11/09/2021 para 12/09/2021 e para prorrogar o contrato emergencialmente por mais 12 (doze) meses, a partir de 12/09/2022. - Assinatura: 30/06/2022./Termo Aditivo 152/22 - Processo 9.776/2021 - Contratada: Tallan Engenharia de Sistemas S/A Termo Aditivo ao Contrato nº 173/21-PF para prorrogar o prazo contratual por mais 12 meses, a partir de 09/07/2022 - Assinatura: 01/07/2022./Termo Aditivo 153/22 - Processo 9.781/2021 - Contratada: Caroline de Sousa Ribas - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 174/21-PF, para prorrogar o prazo contratual por mais 12 meses a partir 23/07/22. - Assinatura: 30/06/2022./Termo Aditivo 155/22 - Processo 16.622/2021 - Contratada: Pontual Climatização do Brasil Ltda - EPP/S.a. - RPS e as Reuniões de Organização de Trabalho - ROT acontecerão, no presente ano letivo, na modalidade híbrida, sendo no mínimo 50% em formato remoto e as demais horas de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação em instrumento normativo." Art. 4º O art. 17 da Lei nº 10.491, de 21 de março de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 17. A Administração Pública Direta e Indireta fica autorizada a adotar o sistema alternativo de controle de jornada de trabalho aos servidores, conforme previsto nas Portarias no 1.510/2009 e no 373/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego." Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Santo André, 04 de julho de 2022. Paulo Serra - Prefeito Municipal - Pedro Henrique Ruiz Seno - Secretário de Inovação e Administração - Caio Costa e Paula - Secretário de Assuntos Jurídicos - Registrada e digitada na Enc. de Expediente e Atos Oficiais, na mesma data, e publicada. Ana Claudia Cebrian Leite - Chefe de Gabinete

Secretaria de Inovação e Administração Gerência de Plan